

DEPOIS DA *RIO+10*: AS LIÇÕES APRENDIDAS EM JOHANNESBURGO

Oswaldo Lucon* e Suani Coelho**

Resumo: O trabalho relata a evolução do debate sobre energia renovável e sustentabilidade, desde a concepção pelo Prof. José Goldenberg da Iniciativa Energética Brasileira, na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, até a participação na *Rio+10*, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentado, que ocorreu em Johannesburgo, entre agosto e setembro de 2002. Apresenta ainda um balanço dos resultados e as perspectivas futuras do processo de adoção de metas e prazos globais para a participação das fontes renováveis de energia nas matrizes energéticas dos países.

Palavras-chave: Energia renovável; Desenvolvimento sustentado; Matriz energética; *Rio+10*.

Introdução

A Cúpula da Terra do Rio de Janeiro – 1992 produziu a Agenda 21, documento que determinou as grandes diretrizes de sustentabilidade aos governos nacionais e locais do planeta, um plano de ação global sem precedentes. As melhores estratégias, porém, só são boas se implantadas.

Dez anos depois, a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (ou em inglês WSSD, *World Summit on Sustainable Development*) de Johannesburgo, África do Sul, buscou, entre 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, junto aos líderes de diversas nações, a adoção de medidas concretas e a identificação de metas (*targets*) quantificáveis para que a Agenda 21 fosse posta em ação de forma eficaz. Avaliaram-se os avanços obtidos e ampliou-se o escopo para as chamadas Metas do Milênio, que visavam, além de garantir a sustentabilidade ambiental: erradicar a fome e a pobreza extrema; alcançar uma mínima educação primária com iguais oportunidades para homens e mulheres; reduzir a mortalidade infantil com especial enfoque ao combate à aids e à malária; melhorar as condições de vida dos que moram em favelas e de outras populações mais necessitadas; ampliar o acesso à água potável; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento que incluísse sistemas internacionais de comércio e financiamento não discriminatórios e atendessem às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, aliviando suas dívidas externas, provendo trabalho aos jovens e acesso a remédios e novas tecnologias.

O tema referente a metas quantitativas e prazos para a implantação de energias renováveis, proposto pelo prof. José Goldenberg (ex-reitor da Universidade de São Paulo e, na época, Secretário Estadual de Meio Ambiente de São Paulo), foi um dos – senão o próprio – ponto central das discussões da conferência, com ampla cobertura da mídia e acirradas posições dos governos e das organizações ambientalistas e empresariais. Após exaustivas discussões técnicas e negociações políticas, o assunto, que não constava da Agenda 21 mas perpassava diversas questões básicas referentes à sustentabilidade e equidade, foi incluído no Artigo 19 e no documento final da WSSD. O resultado foi um dos últimos produzidos na conferência, dada a sua sensibilidade e importância, sendo considerado no mínimo frustrante pelos ambientalistas e pela imprensa.

Contudo, grandes avanços foram obtidos. A conscientização mundial sobre a chamada *energia positiva* jamais foi tão ampla. Os opositores às metas quantificadas e com prazo se isolaram, criando um novo desenho geopolítico mundial. Os avanços alcançados são irreversíveis, abrindo espaço para o reconhecimento oficial por consenso da importância da questão e para a adoção de metas inter-regionais por blocos de países. O Protocolo de Kyoto ganhou um novo impulso, assim como o conceito de compromissos nacionais reais e significativos em termos de meio ambiente e justiça social.

* Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, 05459-900, São Paulo (SP), Brasil. e-mail: oswaldol@cetesb.sp.gov.br

** Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, 054559-900, São Paulo (SP), Brasil. e-mail: sma.suani_coelho@cetesb.sp.gov.br

Um balanço da Cúpula Mundial de Johannesburgo

A WSSD reuniu 60 mil participantes, sendo 12 mil de delegações, incluindo chefes de Estado, líderes de ONGs, empresas e outros grupos importantes (*major groups*). Além dos encontros intergovernamentais, eventos coordenados pelas Nações Unidas buscaram a troca de experiências e maiores oportunidades para diálogo entre os participantes dos encontros oficiais. Ocorreram outros eventos paralelos, gerenciados por grupos independentes da Organização das Nações Unidas (ONU).

Encontros preparatórios para a WSSD realizaram-se em Nova York (*PrepCom I*, abril-maio de 2001; *PrepCom II*, janeiro-fevereiro de 2002; *PrepCom III*, março-abril de 2002) e Bali (*PrepCom IV*, maio-junho de 2002). Foram organizados pela Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (conhecida como CSD10), que guia e dá suporte ao processo de negociações entre estados-membros e grupos majoritários.

Muito se evoluiu em termos de conscientização ambiental com o que se presenciou na arena de Johannesburgo. Ao contrário do propalado pessimismo após a WSSD, um balanço realista indica que muitos avanços foram obtidos. Os novos renováveis, ou *energia positiva*, são apenas um deles. O mais importante é o novo patamar de conscientização pública atingido graças aos debates – e mais do que visíveis embates – da conferência.

Reconhecida a importância das parcerias, elas pouco podem oferecer se não se atrelarem a metas e prazos, a reais e significativos compromissos por parte dos países em desenvolvimento. Desenhou-se um novo mapa de relações no planeta, determinado pela polarização dos interesses dos diversos países e grupos. A conhecida separação Norte desenvolvido-Sul em desenvolvimento, determinada pela economia globalizada, deu lugar à dos blocos favoráveis e dos contrários a compromissos realistas, tanto ambientais quanto sociais.

Além disso, inverteu-se o rumo das propostas multilaterais que geram questões de soberania nacional. Estas, tradicionalmente, referiam-se a exigências dos países industrializados sobre os em desenvolvimento, como aquelas relativas ao uso de florestas e à preservação da biodiversidade por parte dos países em desenvolvimento. A soberania nacional passou a ser invocada por países industrializados, diante da rejeição ao mero assistencialismo e da exigência do estabelecimento de metas e prazos que comprometem os padrões de produção e consumo desses países.

O movimento foi iniciado pela proposta brasileira de metas para os chamados *novos renováveis*, fontes mais limpas de energia que incluem a solar, a dos ventos, a geotérmica, das pequenas hidrelétricas e a da biomassa. Apoiada pelo movimento ambientalista, com destaque para o Greenpeace e WWF (*World Wildlife Fund*), recebeu outros nomes, como *energia positiva*, e se tornou bandeira central em Johannesburgo. Além das organizações não-governamentais, uma forte pressão foi feita pela opinião pública, amparada pela mídia. O eleitorado europeu, sensibilizado pelas catastróficas inundações na Alemanha, na Áustria e na Tchecoslováquia, exigiu de seus ministros e demais representantes que não voltassem da conferência com uma derrota.

A Proposta Brasileira de Energia¹

A proposta brasileira sobre metas de energia renovável foi o iniciador desse processo. Concebida pelo prof. José Goldenberg e amparada por estudos especializados do Brasil e do exterior, mostrou-se surpreendente pela simplicidade e, ao mesmo tempo, pela abrangência de seus efeitos. Por meio do estabelecimento de uma meta global de aumento para dez por cento de participação das energias renováveis na matriz global, possibilitaria, além de mitigar os efeitos causadores das mudanças climáticas globais, aliviar os problemas locais e transfronteiriços de poluição atmosférica pela gradual substituição dos combustíveis fósseis.

Em 1998, a energia renovável correspondia a 4,4 % do total da matriz global. Destes, metade correspondia à energia hidráulica e metade aos ditos "novos renováveis", sendo 1,7 % provindos de biomassa "moderna" (como, por exemplo, os produtos da cana-de-açúcar) e 0,5 % das demais fontes renováveis. A energia nuclear representava 6,5 %, e os 79,6 % restantes vinham de fontes fósseis, como o petróleo, o gás natural e o carvão. A biomassa tradicional (principalmente a lenha) representava 9,5% do total. Os países que não conseguissem atingir suas metas poderiam comprar – por um sistema de *trading* – os certificados de produção de energia renovável de outros países. O sistema proposto é muito mais simples do que aqueles do Protocolo de Kyoto². A meta vai muito além das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas entre os países", razão alegada pelos Estados Unidos para não ratificar sua participação no protocolo.

Mais ainda, o uso de energias renováveis possibilita a progressiva substituição da queima da biomassa tradicional. A

1 Em inglês, BEI, *The Brazilian Energy Initiative*.

2 MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, *Clean Development Mechanism*) entre países desenvolvidos e os em desenvolvimento, ou Implementação Conjunta (JI, *Joint implementation*), entre países industrializados.

queima de lenha por meios tradicionais é a principal causa de doenças respiratórias no mundo, mais do que a poluição causada por indústrias, comércio, usinas termelétricas e veículos. Afeta principalmente idosos, mulheres e crianças, que passam boa parte do tempo junto a fogueiras e fogões primitivos, respirando fuligem e gases tóxicos.

A qualidade do ar das grandes cidades também melhora significativamente com a adição de etanol à gasolina, em substituição a carburantes à base de metanol de origem fóssil e ao chumbo. O uso de energias renováveis pode perfeitamente coexistir com o de fontes fósseis, que podem ter um uso mais racional (como, por exemplo, nas indústrias de plástico e outros polímeros) e prolongado, postergando seu inevitável esgotamento.

Além disso, a produção de energia renovável é descentralizada, totalmente compatível com as Metas do Milênio para aliviar a situação dos países em desenvolvimento. Tal descentralização garante o fornecimento de eletricidade e calor a comunidades isoladas, melhorando significativamente seu padrão de vida. Gera empregos locais, garante a segurança do suprimento de energia no longo prazo (ao contrário das grandes instalações petrolíferas e nucleares, sujeitas a atentados, guerras e locautes econômicos), alivia a dívida externa dos países pela redução da compra de petróleo (possibilitando o redirecionamento de recursos para a saúde e educação).

A produção de bioenergia é complementar – e não substitutiva – em relação à de alimentos. A multiplicação dos efeitos faz com que técnicas modernas de uso do solo possam ser aplicadas a outras plantações (a biomassa, por exemplo, gera de 2 a 10 vezes mais empregos que os sistemas de energia de origem fóssil).

Energia é um item que perpassa praticamente todas as questões de desenvolvimento sustentável. Assim como o ar que respiramos, a água que utilizamos e os alimentos que ingerimos, é uma necessidade vital.

Ao se tratar de questões de energia, três enfoques são possíveis: (a) eficiência energética, uso racional; (b) novas tecnologias de produção; e (c) renovabilidade das fontes de produção.

O principal argumento contrário às novas fontes renováveis é o seu ainda não competitivo custo de produção. Contudo, deve-se lembrar que tais tecnologias ainda estão em sua infância e necessitam de mecanismos de incentivo, dentre os quais os subsídios. Mais ainda, o desenvolvimento de tais tecnologias, assim como o de qualquer outra, segue a chamada *curva de aprendizado* (em inglês, *learning curve*), ou seja, os custos de produção diminuem à medida que uma maior quantidade acumulada desse produto é vendida. Dessa forma, subsídios são prejudiciais se forem permanentes. Devem ser

aplicados a essas tecnologias emergentes, mas atrelados a prazos para sua gradual eliminação (em inglês, *sunset clauses*).

As energias renováveis já crescem 7 % ao ano, comparados aos 2 % de crescimento no consumo de energia de fontes fósseis. A geração de energia eólica e solar fotovoltaica vem sofrendo um verdadeiro *boom*, crescendo à razão de 35% anuais. Assim, essas fontes devem se tornar competitivas em um curto espaço de tempo.

Esse movimento, chamado *Revolução Verde*, conseguiu colocar do mesmo lado empresas e ambientalistas. Companhias como a Shell e a BMW, reconhecendo a importância do assunto e a impossibilidade de retrocesso na questão, apresentaram estratégias concretas e de longo prazo, em Johannesburgo. A rede de cosméticos The Body Shop promoveu, junto com o Greenpeace internacional, uma petição aos governos pela chamada *energia positiva*. O mesmo Greenpeace conseguiu, em um momento considerado histórico, reunir-se com antigos opositores como o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), e com grandes empresas, como a Lafarge (multinacional do setor de cimento) e a BP (*British Petroleum*), que agora se autodenomina *Beyond Petroleum*, ou "além do petróleo", e também com o prof. Goldenberg, representante da delegação brasileira.

Evolução da negociação: as PrepCom

Na Conferência de Johannesburgo havia propostas mandatárias que geravam compromissos com todos os países (Tipo I) e propostas de parcerias bilaterais ou multilaterais, voluntárias, entre organizações (Tipo II).

As propostas de Tipo I podiam ser meramente programáticas ou estabelecer metas e prazos. Estas precisam ser muito bem redigidas, de forma precisa e compreensível, além de aprovadas por consenso (e não por voto) pelos países. Assim, conceitos como "perda de biodiversidade" ou "energia renovável" precisam ser satisfatoriamente quantificáveis e aceitáveis.

A proposta de metas e prazos, conceitualmente de Tipo I, não pode ser considerada um ineditismo: os protocolos de Montreal, para a eliminação das substâncias destruidoras do ozônio estratosférico, e de Kyoto, para a mitigação das emissões dos gases do efeito estufa, já as considera.

A União Européia adotou, em setembro de 2001, uma diretiva para a promoção de energia elétrica produzida por fontes renováveis no mercado interno de eletricidade. De acordo com essa diretiva, Estados-membros devem ter suas próprias metas indicativas de utilização de energia renovável, correspondente a 12% do consumo bruto nacional de energia e a 22,1% da geração de eletricidade até 2010.

O aumento da contribuição de renováveis foi recomendado pelo GEF (*Global Environment Facility*) em janeiro de 2002, em um evento paralelo à preparatória da WSSD (*PrepCom II*).

Determinava que os governos: [...] deveriam adotar metas e prazos para incrementar tanto a eficiência energética quanto o uso de combustíveis renováveis, baseando-se em metas existentes, como a da Comunidade Européia que estabelece alcançar 12 por cento de sua produção de energia total por meio de combustíveis renováveis até 2010 e a da Índia que fixa o nível de 10 por cento para o ano de 2012 com o mesmo objetivo da Comunidade Européia. A determinação de metas juntamente com a adoção de políticas e medidas provocam uma forte mensagem econômica e política, que pode desencadear alterações no mercado.

O relatório do *chairman* da Conferência Preparatória, *PrepCom II*, apresentou como um de seus itens o "aumento da participação de novas energias renováveis para pelo menos 5% do uso total de energia até 2010 em todos os países".

Os ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe adotaram, em maio de 2002, como consequência à proposta brasileira de "aumentar na região o uso de energia renovável para uma participação de 10% do total até 2010"³. A proposta brasileira permite o comércio de energia renovável moderna entre países certificados, o que certamente deverá contribuir para sua viabilização.

Posteriormente, em Bali, Indonésia, ocorreu a Conferência Preparatória, *PrepCom IV*.

Nesta, a Suíça propôs:

[...] diversificar o fornecimento de energia por meio do desenvolvimento de tecnologias mais limpas, mais eficientes e inovadoras com relação à utilização de combustíveis fósseis, e promover o aumento na participação de fontes renováveis não-hidráulicas para, pelo menos, 5% do fornecimento total de energia primária até 2010.

Já a União Européia apresentou o seguinte texto:

[...] diversificar o fornecimento de energia por meio do desenvolvimento de tecnologias mais limpas, mais eficientes e inovadoras de combustíveis fósseis, e promover o aumento na participação de fontes renováveis modernas para pelo menos 2%, com o objetivo de aumentar a participação global para pelo menos 15% do fornecimento total de energia

primária até 2010. Para atingir esse objetivo, todos os países deveriam adotar e implantar metas nacionais ambiciosas. Para países industrializados, essas metas deveriam atingir um aumento na participação de fontes renováveis de energia no fornecimento energético total de, pelo menos, 2 pontos percentuais até 2010, com relação ao ano de 2000.

Na esfera de negociações internacionais, as decisões não são tomadas por maioria, mas por consenso. Isso significa que o texto deve satisfazer a todos os participantes das conferências, deve ser o máximo denominador comum. Assim, os textos das propostas podem parecer tímidos e repetitivos, mas pequenas nuances podem significar muito em termos de compromissos dos países. Alguns exemplos são:

- há uma diferença entre países "industrializados" e "desenvolvidos". No primeiro termo incluem-se Brasil, México e Argentina;
- a expressão "tecnologias energéticas custo-efetivas", ou mesmo "tecnologias energéticas eficientes de origem fóssil e renovável", pode ser interpretada como a possibilidade de se comparar as tecnologias associadas a fontes fósseis, ainda de menor custo, com as novas renováveis, que estão em fase inicial de aperfeiçoamento e precisam, muitas vezes, de subsídios até que atinjam um estágio de mercado que as possibilite competir com as tradicionais. É a chamada curva de aprendizagem (*learning curve*) de demanda. O exemplo mais óbvio é o álcool brasileiro, que conseguiu competir com a gasolina após a maturação de seu processo de produção. A frase deve se expressar como "tecnologias energéticas eficientes de origem fóssil e tecnologias de energia renovável". Países-membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) exigem a inclusão do termo "combustíveis fósseis";
- a substituição de "tecnologias energéticas eficientes de origem fóssil e tecnologias de energia renovável" por "tecnologias energéticas eficientes" abre espaço para a energia nuclear. Mesmo se estiver incluído o termo "tecnologias mais limpas", os defensores de usinas nucleares argumentam que tais usinas mitigam emissões atmosféricas de poluentes locais e gás carbônico, responsável pelo aumento do efeito estufa;
- há uma grande polêmica sobre a definição de "renovável" com relação à geração de energia hidrelétrica. As grandes hidrelétricas, que comprovadamente apresentam alto nível de impactos ambientais, constituem uma grave preocupa-

3 Draft of the Final Report of the 7th Meeting of the Intersessional Committee of the Forum of Ministers of Environment of Latin America and the Caribbean.

ção, em especial, aos maiores grupos ambientalistas. Por outro lado, as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs, ou *small hydro*) são, em geral, ambientalmente desejáveis por tais grupos (estão associadas a uma energia *boa* ou *renovável moderna*). A fronteira entre uma PCH e uma hidrelétrica convencional varia de local para local, e é estabelecida geralmente em torno de 30MW de potência;

- outra questão importante é a queima da biomassa tradicional, que pode ser tanto a lenha de desflorestamento quanto madeiras especialmente cultivadas e processadas para esse fim (caso da Finlândia), ou ainda a chamada derrama natural de galhos de árvores, tradicionalmente recolhida por populações locais de forma sustentável. Países africanos subsaarianos preocupam-se pelo fato de que o estabelecimento de metas para as renováveis os obrigue a deixar de utilizar madeira (proveniente de desflorestamento ou não) e a adquirir energia cara.

Assim, um texto que obtenha consenso de todos os países é de difícil confecção.

O texto consolidado na *PrepCom IV* de Bali foi incluído no relatório do *chairman*, sendo o objeto das negociações da WSSD de Johannesburgo:

[[Diversificar o fornecimento de energia por meio do desenvolvimento de tecnologias mais limpas, mais eficientes e inovadoras a partir de combustíveis fósseis, e promover,] aumentar a participação de fontes [não-hídricas]/[novas] renováveis [para pelo menos 2%]/[objetivando aumentar a participação global para, pelo menos, 15% do fornecimento total de energia até 2010]. [Para atingir isso, todos os países deveriam adotar e implantar metas nacionais ambiciosas]. [Para países industrializados, essas metas devem buscar um aumento na participação de fontes renováveis de energia no fornecimento total de energia para, pelo menos, 2 pontos percentuais do fornecimento total de energia até 2010 relativos a 2000]/[para, pelo menos, 5% do fornecimento total de energia primária] [até 2010], em nível de metas para 2010. Para atingir isso, todos os países deveriam adotar e implantar metas nacionais específicas;]].

O texto apresenta-se, assim, de difícil leitura. Os textos entre colchetes são os pontos de negociação. Os verbos muitas vezes são tímidos (como, por exemplo, "deveriam") para que se obtenha o consenso. Por outro lado, expressões sutis como "metas nacionais ambiciosas" sinalizam que os compromissos devem ir bem além da situação que normalmente ocorreria (o chamado *business as usual*) sem a ênfase feita no texto.

A inclusão de um valor numérico para metas, ainda que insignificante, abre espaço para posteriores aumentos das mesmas, razão de preocupação de grandes fornecedores e consumidores de energia fóssil, como é o caso dos países árabes pertencentes à Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep), dos Estados Unidos, do Japão e da Austrália.

O rito na WSSD

Como não há um tribunal que puna pelo não-cumprimento das metas ou acordos estabelecidos entre os países, as sanções no modelo do Direito Internacional são, em geral, condenações feitas por outros países por meio de retaliações políticas e comerciais (*soft law*). As negociações sobre o conteúdo de um texto devem ser feitas por representantes oficiais (no caso do Brasil, o ministro do Meio Ambiente e os diplomatas do Itamaraty), auxiliados tecnicamente por outros delegados (como foi o caso do secretário do Meio Ambiente e seus assessores para a questão de energias renováveis).

Essa é a importância de se ter uma delegação suficientemente numerosa e atuante. Países europeus trazem especialistas para cada um dos principais pontos de discussão, que chegam com antecedência nos locais dos eventos e articulam, ainda nos corredores, as alianças e os consensos. As metas de energia renovável, por exemplo, constituíam um sub-ítem de um artigo do documento de negociação.

O Brasil é membro do G-77, grupo de países em desenvolvimento. Tal grupo conta também com outros países de grande porte (Argentina, Índia e Filipinas, por exemplo), países membros da Opep (países árabes e Venezuela), pequenas ilhas (Santa Lúcia, Vanuatu) e nações africanas. O México, membro da Opep, deixou de participar do G-77.

Outros grandes blocos de negociação são a União Europeia (UE) e o Juscanz (Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Suíça, Noruega, México e Islândia). Fazem parte da OECD (OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que inclui os países desenvolvidos.

Os encontros intergovernamentais da WSSD eram inicialmente em nível técnico, por grupos de países (G-77, UE, Juscanz). Falavam pelos países os representantes diplomáticos ou, quando autorizados por estes, os técnicos. Em cada grupo, formavam-se subgrupos técnicos, sob a relatoria de um dos países, para tratar de assuntos específicos.

Os blocos de países se reuniam duas ou três vezes ao dia. Também, por uma ou mais vezes ao dia, reuniam-se todos os países, em encontros denominados Processo de Viena, para discutir e fechar o texto do documento final a ser submetido à esfera política.

O documento de Bali serviu como base para as negociações da WSSD. Para evitar idas e vindas nas negociações, nessa estrutura poderiam ser acatadas as propostas dos países. O protesto de uma pequena ilha com 3 mil habitantes, por exemplo, era suficiente para suspender as negociações.

Tanto nas reuniões de blocos quanto no Processo de Viena, os encontros são presididos pelo *chairman*, que dá a palavra aos delegados dos países para se exprimirem sobre o texto. Somente com a mediação do *chairman* são consideradas oficiais as conversas entre os países; discussões diretas não são permitidas. Nas reuniões, é permitida somente a presença de delegados oficiais, ficando de fora a imprensa e as ONGs, que permaneciam nos demais locais do centro de convenções. Essa situação gerou uma série de protestos nas ruas de Johannesburgo. O centro de conferência possuía, por razões de segurança, limitação de 6 mil lugares. Como havia o dobro de delegados, o acesso era restrito. No centro também se realizaram reuniões temáticas plenárias, com acesso dos delegados e membros credenciados da imprensa e *major groups*.

Terminada a fase de negociações técnicas, com ou sem consenso, o texto seguiria para a negociação política entre os ministros de Estado. Essa negociação, restrita a poucos delegados por país, é caracterizada por processos de troca de apoios pelos representantes dos países, identificados nos diversos parágrafos do texto. Assim, por exemplo, a recusa da proposta de fornecimento de energia por um país pobre pode ser recompensada pela ajuda humanitária de um país rico. Tais mecanismos políticos são difíceis ou impossíveis de rastrear.

A negociação das renováveis na WSSD

Para as energias renováveis, Parágrafo 19 (e) do documento final da WSSD, a relatoria para o G-77, grupo do qual o Brasil é membro, foi feita pelo delegado do Irã, e a coordenação técnica, pelo representante da Argentina.

No Processo de Viena, a polarização se deu entre os altamente favoráveis às metas (em especial, Brasil, União Européia, Islândia, Noruega, Suíça, México, Venezuela, Vanuatu, Nova Zelândia e África do Sul), moderadamente favoráveis (restante da UE, Tanzânia e Uganda), moderadamente desfavoráveis (Índia, Coréia e Quênia) e totalmente contrários (Estados Unidos, Japão, Arábia Saudita, Nigéria, Austrália e Canadá). Os demais países permaneceram neutros ou não se expressaram.

Na Reunião Plenária de Energia, falou pelo Brasil o prof. Goldenberg. A favor da proposta posicionaram-se os representantes dos jovens, das mulheres, dos indígenas, dos empresários, da comunidade científica e outros *major groups*, que exigiam metas e prazos. Contrariamente à proposta discursou o delegado da Nigéria, invocando questões de soberania nacional. As mesmas questões faziam parte das notícias veiculadas pela imprensa nos países árabes da Opep, segundo relatado por uma representante libanesa do Greenpeace. A maior parte da imprensa ocidental foi amplamente favorável à iniciativa. A CNN entrevistou a delegada norte-americana, que afirmou que as metas de renováveis não resolveriam a questão da energia, mas sim as parcerias e a ajuda internacional (os Estados Unidos aumentaram em 50% a ajuda aos países carentes). Segundo os Estados Unidos, "a Conferência havia avançado pois, na maioria dos parágrafos do texto, havia se chegado a um consenso". Entretanto, o avanço se deu apenas nos temas não polêmicos.

As ONGs insistiram na exclusão das grandes hidrelétricas enquanto determinados governos que apoiavam a iniciativa de renováveis exigiam sua inclusão. A solução conciliatória proposta pelo Brasil e aceita por todos foi a inclusão de recomendações ambientais de entidades internacionalmente reconhecidas, visando a redução de seus impactos. Uma vez que nomes como o da Comissão Mundial de Barragens não podem constar expressamente no texto final, foram propostas "diretrizes reconhecidas de sustentabilidade ambiental".

Outro problema foi a biomassa tradicional. Assim como não existe nos balanços energéticos a distinção entre pequenas e grandes hidrelétricas, também não há uma separação entre a queima energética da biomassa renovável e da não-renovável. A biomassa considerada tradicional pode ser renovável, como é o caso do estrume na Índia ou dos briquetes de madeira para queima em lareiras da Finlândia. Mesmo na queima de lenha parte vem da derrama natural das árvores, que é uma forma sustentável. Os países africanos, grandes consumidores de lenha sustentável e não-sustentável, manifestaram preocupação com metas individuais nacionais, deixando para um segundo plano a flexibilidade pelo *trading* e os benefícios da modernização da queima de biomassa⁴. A possibilidade de barganhas ou pressões de países mais ricos não deve ser também descartada.

Na discussão política feita nos dois dias anteriores ao encerramento da WSSD, o Brasil tinha sua palavra submetida

4 Mesmo um pequeno fogão a lenha feito artesanalmente é mais eficiente que uma fogueira aberta. Convém comentar um outro parágrafo do documento que visa eliminar subsídios a fontes ambientalmente inadequadas de energia. Isso não pode se referir indiscriminadamente a todos os combustíveis fósseis. O gás de botijão (GLP), por exemplo, é o primeiro vetor de substituição da queima de lenha tradicional.

ao G-77, com o assunto sobre energia relatado pelo Irã. O delegado iraniano era um hábil negociador, pressionado pelo Brasil e pela Argentina de um lado e pela Arábia Saudita de outro, uma delegação de muita expressão política.

Os Estados Unidos pressionaram e obtiveram êxito para a substituição da expressão "tecnologias de fontes fósseis e renováveis" por "tecnologias energéticas", detalhe pouco perceptível no texto final que abriu espaço para a energia nuclear.

A Argentina foi muito eficiente na busca de um consenso para o texto final, que, apesar de não conter metas percentuais e prazos expressos, reconheceu o papel desses mecanismos. O resultado final do Parágrafo 19 (e) foi, assim traduzido para o português:

[...] diversificar o fornecimento de energia pelo desenvolvimento de tecnologias energéticas avançadas, mais limpas, mais eficientes, baratas e custo-efetivas, inclusive tecnologias desenvolvidas para combustíveis fósseis, bem como para energias renováveis, incluindo aqui as hidrelétricas, e a sua transferência para países em desenvolvimento na forma de concessões mutuamente acordadas. De forma urgente, aumentar substancialmente a parcela de energia proveniente de fontes renováveis, com o objetivo de aumentar sua contribuição no fornecimento total de energia, reconhecendo o papel de metas nacionais e voluntárias regionais, assim como iniciativas onde elas existirem, garantir que políticas energéticas apoiem os esforços dos países em desenvolvimento para a erradicação da pobreza, e avaliar regularmente os progressos obtidos nesse sentido.⁵

Os grupos contrários foram obrigados a reconhecer o papel das metas no sentido de apoiar as renováveis. Como já existem as metas da América Latina-Caribe e da União Européia, há espaço para uma iniciativa "Transatlântica", que já está em fase inicial de harmonização. Uma etapa

muito importante é a verificação, a uniformização e a adequação metodológica dos cálculos estatísticos mundialmente considerados no cômputo das taxas de energia.

Outros parágrafos expressam o acesso a serviços de energia confiáveis e baratos para o desenvolvimento sustentado, garantindo a aquisição dos *Millenium Development Goals*⁶, a eliminação de subsídios danosos ao desenvolvimento sustentado⁷ e a convocação dos países para desenvolver e implantar ações dentro do previsto na 9ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentado, CSD-98.

Conclusões

Um balanço final mostra que, apesar do aparente fracasso nas negociações da WSSD de Johannesburgo, as energias renováveis estão na ordem do dia e constituem ponto de honra de governos nacionais, entidades ambientalistas e imprensa. O movimento pela energia positiva é irreversível, tanto pela opinião pública quanto pelas pressões sobre os recursos naturais.

As maiores empresas do planeta, inclusive as tradicionalmente poluidoras, alinham-se nessa posição. Da mesma forma, posicionam-se os governos mais democráticos, que reconhecem suas responsabilidades, questionam as tomadas de decisão sob pressões políticas por grupos de interesse e adotam iniciativas de forma voluntária.

O texto final do Parágrafo 19(e) sobre metas de energia renovável, apesar de muito aquém da proposta brasileira original, abre espaço para a integração de tais iniciativas. A experiência com o esforço capitaneado pelo Brasil mostrou que o enfoque de metas e prazos é a ferramenta básica, de alta sensibilidade política. Tal enfoque, compensatório e voltado ao mercado, deverá ser cada vez mais aplicado a outros temas, como água, florestas e outros recursos naturais.

As lições de Johannesburgo foram, assim, fundamentais para futuras negociações entre países para equidade social e sustentabilidade ambiental.

5 No texto original:

Diversify energy supply by developing advanced, cleaner, more efficient, affordable and cost-effective energy technologies, including fossil fuel technologies, as well as renewable energy technologies, hydro included, and their transfer to developing countries on concessional terms as mutually agreed. With a sense of urgency, substantially increase the global share of renewable energy sources with the objective of increasing its contribution to the total energy supply, recognizing the role of national and voluntary regional targets as well as initiatives where they exist, and ensuring that energy policies are supportive to developing countries efforts to eradicate poverty, and regularly evaluate available data to review progress to this end (paragraph 19(e)).

6 Originalmente:

Improve access to reliable and affordable energy services for sustainable development sufficient to achievement of the Millennium Development Goals, including the goal of halving the proportion of people in poverty by 2015 (paragraph 8).

7 No texto: *Take action, where appropriate, to phase out subsidies inhibiting sustainable development (paragraph 19(p) bis).*

8 Ou: *Countries are urged to develop and implement actions within the framework of CSD-9 (paragraph 19(s)).*

LUCON, O; COELHO, S. (2002). After *Rio+10*: lessons from Johannesburg. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 15, p. 11–18.

Abstract: This paper presents the evolution on the debate concerning renewable energy and sustainability, as suggested in the Brazilian Energy Initiative proposed by São Paulo State Secretary for the Environment José Goldenberg to the Johannesburg World Summit on Sustainable Development (August–September 2002). It also includes a discussion about outcomes and future visions for the adoption of global targets and timeframes for the sharing of renewable energy sources according to the energetic matrixes of each country.

Keywords: Renewable energy; Sustainable development; Energy matrix; *Rio+10*.

Recebido em 10 de dezembro de 2002, aceito em 02 de maio de 2003.

Referências bibliográficas

- GOLDENBERG, J. (2002) *The Brazilian Energy Initiative*. Comunicação pessoal em julho.
- GOLDENBERG, J. (ed.)(2002) *World Energy Assessment 2000*. Nova York, United Nations Development Programme, United Nations Department of Economic and Social Affairs and World Energy Council.
- IEA – International Energy Agency. Disponível em: <<http://www.iea.org>>. Acesso em setembro de 2002.
- IEA (2002) *Energy Balances of OECD Countries 1999–2000*. International Energy Agency.
- IEA (2002) *Energy Balances of Non-OECD Countries 1999–2000*. International Energy Agency.
- WSSD – World Summit for Sustainable Development. Disponível em <<http://www.johannesburgsummit.org>>. Acesso em setembro de 2002.